O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 25/03/2022 - 06:00

STF autoriza investigação de ministro por propina no MEC

Gabinete paralelo

Cármen Lúcia autoriza investigação de Ribeiro por 'fatos gravíssimos' no MEC

Ministra do STF vê indícios de crimes na atuação de titular da Educação e de pastores por meio de condutas agressivas 'à cidadania e à integridade das instituições republicanas'

JULIA AFFONSO
WESLLEY GALZO
DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou ontem a abertura de inquérito para apurar o envolvimento do ministro da Educação, Milton Ribeiro, com os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura. A magistrada atendeu a pedido do procurador-geral da República, Augusto Aras, que apontou suspeita de crimes de corrupção passiva, tráfico de influência, prevaricação e advocacia administrativa na atuação do gabinete paralelo no MEC, revelado pelo **Estadão**. Ela destacou que a investigação penal é uma resposta à "notícia de fatos gravíssimos e agressivos à cidadania e à integridade das instituições republicanas que parecem configurar práticas delituosas".

Em uma outra ação apresentada por deputados do PT, Cármen Lúcia determinou que Aras se manifeste em 15 dias sobre a abertura de investigação envolvendo o presidente Jair Bolsonaro (PL).

Num contexto em que se avolumam as suspeitas de corrupção no gabinete do ministro, agora formalmente investigado, o presidente usou sua live semanal para afirmar ontem que coloca "a cara toda no fogo" por Ribeiro. Ele ainda pôs em xeque os relatos de propinas no MEC feito por prefeitos (*mais informações nesta página*).

Pelo menos dez prefeitos confirmaram que os pastores atuaram na intermediação de recursos ou no acesso direto ao ministro da Educação. Desse grupo, três já admitiram que ouviram pedido de propina em troca da liberação de verbas federais para escolas. No que foi o relato mais forte até agora de como o esquema era operado no MEC para facilitar a liberação de recursos no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o prefeito de Luís Domingues (MA), Gilberto Braga, disse que lhe pediram propina em ouro. Há relatos de que o esquema no ministério envolvia também a compra de bíblias.

Para Cármen Lúcia, "a gravidade do quadro descrito é inconteste e não poderia deixar de ser objeto de investigação imediata, aprofundada e elucidativa sobre os fatos e suas consequências, incluídas as penais", escreveu a ministra.

"O cenário exposto de fatos contrários a direito, à moralidade pública e à seriedade republicana impõe a presente investigação penal como atendimento de incontornável dever jurídico do Estado e constitui resposta obrigatória do Estado à sociedade, que espera o esclarecimento e as providências jurídicas do que se contém na notícia do crime", afirmou a ministra em sua decisão. "Nos autos se dá notícia de fatos gravíssimos e agressivos à cidadania e à integridade das instituições republicanas que parecem configurar práticas delituosas", disse Cármen, em outro trecho.

Na decisão, a ministra também autorizou a coleta dos depoimentos do ministro da Educação, dos pastores suspeitos de manejarem o esquema e de todos os prefeitos citados em reportagens publicadas pela imprensa até o momento, dizendo ser "indispensável" o aprofundamento das investigações pelo Ministério Público.

Outra determinação da magistrada foi dar 15 dias para a Controladoria-Geral da República (CGU) e o MEC esclarecerem o cronograma de liberação das verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e os critérios adotados.

CONGRESSO. No plano político, o governo deflagrou um movimento para tentar blindar Ribeiro das investidas no Congresso. O primeiro ato foi reverter a ameaça de convocação do ministro no Senado, convertida em um convite para falar na Comissão de Educação. O Palácio do Planalto também já escalou aliados para defender Ribeiro na audiência, marcada para a próxima semana, sob argumento de que o MEC tem tratado Estados e municípios com atenção e de forma igualitária e tem sido solícito nas demandas por verbas federais.

Pastor de profissão, Ribeiro tem um canal direto com a família Bolsonaro. Esta semana, quando o **Estadão** noticiou que os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura atuavam como um gabinete paralelo do MEC, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) veio a público para defender o ministro.

O filho do presidente Jair Bolsonaro declarou que Ribeiro deveria permanecer no comando do ministério caso o pai seja reeleito. "Na minha opinião, deve ser o ministro da Educação num segundo mandato de Bolsonaro", disse o senador. O ministro também tem proximidade com a primeira-dama Michelle Bolsonaro. No último dia 22, participou de um jantar em que foi comemorado o aniversário da mulher do presidente.

PRESSÃO. Na terça-feira, Ribeiro procurou os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), além de outros parlamentares ligados à educação, para prometer explicações e diminuir a pressão contra a sua permanência no cargo, se antecipando a uma convocação no Congresso.

Pacheco e outros senadores decidiram dar um "crédito" a Ribeiro e transformar a convocação em convite, diminuindo a temperatura. Na comissão, porém, os parlamentares devem pressioná-lo com as revelações feitas pela imprensa para confrontá-lo a provar que não houve favorecimento por intermédio dos pastores.

"O convite é muito natural. É muito importante que haja explicação do ministro (*sobre*) o contexto da conversa, o que ele exatamente quis dizer", afirmou Pacheco, referindo-se a gravação divulgada pela *Folha de S.Paulo* em que o ministro diz privilegiar municípios ligados ao pastor Gilmar.

Na Câmara, a avaliação de deputados é de que o ministro não será convocado no momento. Deputados afirmam que o presidente da Casa não bancaria uma convocação no plenário. Além disso, a comissão de Educação ainda não foi instalada neste ano. ● COLABOROU IZAEL PEREIRA

PASTOR DEU DESCONTO EM PROPINA, DIZ PREFEITO. PÁG. A14

CATARINA CHAVES / MEC - 10/2/2021

Ribeiro em evento do MEC em 2021; presenças de Bolsonaro e dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura

'Boto minha cara toda no fogo pelo Milton', afirma Bolsonaro

Sete dias após seu ministro da Educação, Milton Ribeiro, ser envolvido em suspeitas de corrupção, o presidente Jair Bolsonaro rompeu o silêncio e disse ontem confiar no auxiliar. "O Milton, coisa rara de eu falar aqui: eu boto minha cara toda no fogo pelo Milton. Estão fazendo uma covardia contra ele", afirmou Bolsonaro, durante transmissão ao vivo pelas redes sociais. O presidente e a primeira-dama, Michelle, são muito próximos do titular da Educação.

Bolsonaro afirmou ainda que o ministro enviou ofício à Controladoria-Geral da União (CGU), ainda no ano passado, pedindo investigação sobre possíveis irregularidades no MEC. Bolsonaro disse que as denúncias de pedidos de propina no MEC foram repassadas pela CGU à Polícia Federal há 21 dias, uma informação falsa. Apenas ontem a CGU despachou o pedido à PF. O presidente admitiu que sofre pressão para demitir o ministro da Educação. "Tem gente que fica buzinando 'manda o Milton embora'."

Bolsonaro ainda cobrou provas dos prefeitos que denunciaram os pastores que atuam no gabinete paralelo à imprensa, como no caso de pedido de propina em ouro. ● EDUARDO GAYER

> ***"Nos autos se dá notícia de fatos gravíssimos e agressivos à cidadania e à integridade das instituições republicanas que parecem configurar práticas delituosas."***
> **Cármen Lúcia**
> **Ministra do Supremo**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 12

Copyright © Clipclap 2025.